Egídio Viganò

OS ATOS DO CONSELHO SUPERIOR COMO INSTRUMENTO DE ANIMAÇÃO

Atos do Conselho Superior

Ano LX – JANEIRO-MARÇO, 1979

N. 291

**Introdução. –** **Os Atos do Conselho Superior como instrumento de animação.** –**Um pouco de história. – Inicia-se uma nova série dos ACS. – Importância de um bom uso dos Atos. – Convite à valorização da recente alocução do Papa à União dos Superiores Gerais.**

Roma, 24 de novembro de 1978.

Queridos Irmãos,

envio a todos uma saudação fraterna no começo deste novo ano marcado, para nós, pela lembrança sobre o Sistema Preventivo de Dom Bosco. Faço votos para que todas as Comunidades aprofundem e vivam quanto nos ofereceu o CG21 sobre o Projeto educativo salesiano, do qual vos falei na última circular.

**Os ACS como instrumento de animação**

Com este número dos ACS, o primeiro de 1979, inicia-se, podemos dizer, uma nova série. O CGE já havia definido, no art. 149 das Constituições renovadas, o signi­ficado substancial do “órgão oficial para a promulgação das diretrizes do Conselho e para as informações salesianas”, confiado aos cuidados do Secretário geral.

O CG21 insistiu de maneira particular no aspecto vivo e animador desejado para os Atos “em sinal de unidade e como interpretação autorizada da nossa identidade”.[[1]](#footnote-1) Deviam ser um instrumento válido do “ministério da animação comunitária” do Conselho Superior e oferecer subsídios práticos sobretudo para favorecer uma “direção espiritual” atualizada e critérios apostólicos para as comu­nidades e para os Irmãos.[[2]](#footnote-2)

Pensando nos quase 60 anos de história dos ACS vemos que nasceram para ajudar a desenvolver de maneira unitária em toda a Congregação o serviço de animação próprio do Conselho Superior. O significado espiritual e indispensável do ministério da autoridade religiosa foi descrito recentemente, com louvável sentido eclesial, pelo documento da S. Sé sobre as relações mútuas entre os Bispos e os Religiosos.[[3]](#footnote-3) Ao apresentar, no n. 13, as características do serviço “carismático” dos Superiores em favor dos Irmãos do próprio Instituto, o documento confirma em primeiro lugar “sua tarefa de serviço e de guia dentro do Instituto religioso em conformidade com sua índole própria”;[[4]](#footnote-4) e depois sublinha-se o múnus de ensinar observando que “os Superiores Religiosos têm a competência e a autoridade de mestres de espírito em relação ao projeto evangélico do próprio Instituto; nesse âmbito devem, por conseguinte, desempenhar uma verdadeira direção espiritual de toda a Congregação e de cada uma das suas Comunidades, e a farão em sincera consonância com o magistério autêntico da Hierarquia, conscientes de que devem exercer um manda­to de grave responsabilidade na área do plano evangélico querido pelo Fundador”.[[5]](#footnote-5)

E, mais adiante, lembra o documento que “os Supe­riores dos Religiosos têm o grave dever, assumido como responsabilidade prioritária, de velar com todo o empenho pela fidelidade dos Irmãos ao carisma do Fundador, promo­vendo a renovação prescrita pelo Concílio e exigida pelos tempos”.[[6]](#footnote-6)

Um pouco de história

Desde os tempos de Dom Bosco procuraram os Supe­riores da Congregação transmitir aos Irmãos orientações e diretrizes nesse sentido. A 24 de maio de 1867, Dom Bosco escrevia de próprio punho uma carta que se pode conside­rar a primeira desse tipo de circulares: “A nossa Sociedade – dizia – talvez dentro de pouco tempo será definitivamente aprovada e por isso eu teria necessidade de falar aos meus amados filhos com frequência. Não podendo fazê-lo sempre pessoalmente procurarei fazê-lo ao menos por carta”.[[7]](#footnote-7)

A Congregação contava então 44 professos e 36 noviços. Dom Bosco fez tirar várias cópias da sua carta e, mudando a data, escreveu de próprio punho os endereços. Tratava do fim que se deve ter em vista para ser salesiano. Um tema em plena consonância com quanto afirma o recente documento da Santa Sé; e o argumento é tratado com tão grande clareza e convicção que faz dessa carta um verdadeiro modelo de circular para os Atos. Recomendo que a leiais outra vez.

A partir dessa data, o próprio Dom Bosco e posterior­mente o P. Rua enviaram circulares aos Irmãos, sem periodicidade regular.

Em 24 de janeiro de 1905, o P. Rua introduz o uso da “Carta mensal”, datada regularmente no dia 24 do mês, com intervenções do Reitor-Mor e dos demais Superiores. Além disso, porém, ele e de modo especial o P. Albera, escrevem circulares e cartas edificantes de maior fôlego, em deter­minadas circunstâncias.

Em 24 de junho de 1920 o P. Albera dá início aos “Atos” propriamente ditos.[[8]](#footnote-8)

Formulava com clareza a sua finalidade, ao escrever: “Para favorecer e facilitar o desenvolvimento orgânico da nossa Pia Sociedade, e avivar nos ânimos e nos corações o espírito do nosso Pai, os Superiores Maiores sempre transmitiram (...) as suas deliberações e conselhos por meio de Cartas Circulares”. Fazia notar, porém, que para tomar mais estável e orgânica essa importante comunicação aos Irmãos, o Conselho Superior havia deliberado reunir periodicamente num fascículo os seus “Atos”, porque confiava em que “este novo meio (poderia) concorrer para o bem de toda a Pia Sociedade, estreitando cada vez mais os vínculos que unem os Irmãos aos Superiores Maiores e reavivando continuamente o espírito de Dom Bosco, que deve animar todas as nossas obras”.[[9]](#footnote-9)

Inicia-se uma nova série dos **ACS**

O novo Conselho Superior eleito no CG21, conside­rando diversas sugestões autorizadas, pensando nas exigências atuais e urgentes de animação e assumindo a modalidade de um estilo mais colegial nos serviços do Conselho Superior, estudou (já desde os primeiros meses de 1978) uma como reestruturação dos ACS, a iniciar-se no novo ano de 1979. Atendendo à finalidade própria dos ‘Atos’ e partindo da vontade capitular de melhorar a sua capacidade de comunicação, quisemos voltar a uma estruturação e apresentação de estilo mais explicitamente “colegiado”, com a corresponsabilidade de todo o Conselho nas orientações apresentadas e com a participação direta do Vigário do Reitor-Mor bem como dos Conselheiros encarregados pelas Constituições de zelar por alguns importantes aspectos mundiais da vida salesiana dos Irmãos.

É a modalidade já empregada nas “cartas mensais” iniciadas em 1905 e nos próprios “Atos” de 1920 até o CG19 de 1965.

Cada fascículo da nova série compreenderá substan­cialmente duas partes: a primeira, mais ágil e vária, compreenderá serviços de animação mediante uma carta do Reitor-Mor e algumas intervenções qualificadas do Vigário ou dos Conselheiros, não de todos simultaneamente no mesmo fascículo, é claro. Numa segunda parte apresentar-se-ão serviços de comunicação acerca de disposições e normas, atividades do Conselho, informações e documentos de interesse especificamente salesiano, em consonância com a natureza própria dos ACS, evitando que se tornem um duplicado de outras publicações que circulam nos nossos ambientes.

A carta do Reitor-Mor será ordinariamente breve, reservando a exposição mais ponderada de um tema a situações especiais. A periodicidade dos fascículos será trimestral: 4 números por ano.

**Importância de um bom uso dos Atos**

Queria, caros Irmãos, que fosse dada importância vital aos ACS em cada Inspetoria e em cada Comunidade, utilizando-os pessoal e comunitariamente[[10]](#footnote-10) como instru­mento realmente qualificado de animação salesiana. O CG21 lembrou-nos a importância da animação com indicações penetrantes e sugestivas.[[11]](#footnote-11)

O Conselho Superior tem consciência do delicado mandato recebido da Congregação e da responsabilidade assumida no ministério da autoridade religiosa. Quer exprimir a sua vontade de serviço numa animação oportuna e atualizada, mergulhando as diretrizes e orientações no rico álveo do carisma do Fundador com amplos contextos de espírito religioso e de missão salesiana. Desejaria provocar uma atenção simultânea à tradição viva e aos sinais dos tempos.

É tarefa peculiar do Reitor-Mor com o seu Conselho guiar este urgente discernimento para ler uma realidade humana complexa e ambígua, com o objetivo de traduzir na vida de hoje o mesmo espírito de Dom Bosco: confron­tando os valores permanentes da mais genuína tradição salesiana com os apelos do que é novo.

Fazemos votos para que saibamos caminhar com inteligência e atenção nessa linha!

**Convite à valorização da recente alocução do Papa à União dos Superiores Gerais.[[12]](#footnote-12)**

E, antes de concluir, quero oferecer-vos uma breve reflexão sobre o discurso que o S. Padre João Paulo II fez justamente hoje a nós, Superiores Gerais reunidos em sessão de estudo e oração.

Falou-nos da indispensabilidade da Vida Religiosa e de suas contribuições positivas para a obra de salvação de todo o Povo de Deus; sem ela “a Igreja não seria plenamente ela própria”.

Urge, pois, zelar pelos valores da Vida Religiosa com solicitude e fazê-los “funcionar” convenientemente “no conjunto da vida da Igreja contemporânea”.

Para atingir tão importante escopo o S. Padre destaca alguns grandes valores e põe em guarda contra insídias bem conhecidas.

Entre os grandes valores a cultivar para o refloresci­mento da Vida Religiosa hoje, o Papa enumera:

— O carisma do Fundador, assumido com gratidão pela Igreja, não como “apelo ao passado”, mas como dinamismo de vida para os tempos novos.

— A clareza evangélica da sequela de Cristo, não com espírito de “contestação”, mas como “testemunho” público na Igreja, alimentado pelo “espírito de maximalismo evangélico, que se distingue de qualquer radicalismo sociopolítico”.

— Uma incorporação concreta na vida eclesial, a salva­guardar segundo os critérios diretivos do documento sobre as relações mútuas entre os Bispos e os Religiosos. Deve-se considerar nesse campo que o “caminho” característico para os Religiosos, onde quer que se encontrem no mundo, é o de serem “para a Igreja universal, mediante a (...) missão numa determinada Igreja local. (...) Unidade com a Igreja universal por meio da Igreja local”!

— E o primado da dimensão contemplativa, com um cuidado especial do empenho na oração: “É este — diz o Papa — um dado ontológico que aspira subir à consciência e orientar a vida, não somente em benefício de cada pessoa, mas também para vantagem da comunidade inteira”.

Essas quatro grandes linhas de empenho para a genuini­dade e o reflorescimento da Vida Religiosa devem ser objeto da nossa consideração pessoal e comunitária; o Vigário de Cristo no-las propõe com autorizada preocupação após atenta consideração das exigências e dos problemas atuais. São reflexões e diretrizes dirigidas a nós, Religiosos de hoje, para que nos tornemos, de fato, na Igreja, testemunhas públicas da centralidade de Deus, do seu amor salvífico e da urgência de restituir à “santidade” o seu peso comuni­tário e social. É cultivando essa via de santificação específica, diz o Papa, que os Religiosos poderão evitar certos perigos muito atuais, como:

— “a tentação de particularismos e de contraposições”, que arruínam a unidade dos Institutos e das comunidades mediante a organização de grupos de pressão e de polarizações prejudiciais;

— “as radicalizações sociopolíticas”; por bem duas vezes o Papa no-las lembrou sublinhando-as com recorda­ções de sua experiência: “a opção pelos mais pobres e por toda vítima do egoísmo humano” deve ser claramente expressão de preocupação “evangélica”, bem diferente dos projetos temporalistas e radicalizações ideológicas “que ao longo do tempo se revelam inoportunas, contraproducentes e geradoras elas próprias de novas prepotências”;

— e as atitudes de secularismo, pelas quais nos inse­rimos entre o povo, pondo em questão “a própria identidade religiosa” e ofuscando “a originalidade específica da própria vocação”.

Queridos Irmãos, entesouremos diretrizes tão concretas e atuais e recomendemo-nos à Virgem Maria para que as vivamos num testemunho crescente.

O próprio Papa lembrou aos Superiores Gerais que Nossa Senhora “continua a ser o modelo insuperável de toda vida consagrada. Seja Ela a vossa guia na subida, extenuante, mas fascinante, a caminho do ideal da plena assimilação a Cristo Senhor”.

Uma saudação cordial a todos, no espírito do nosso querido Fundador Dom Bosco.



 P. Egídio Viganò

 Reitor-Mor

1. CG21 19b. [↑](#footnote-ref-1)
2. CG21 61. [↑](#footnote-ref-2)
3. *Mutuae relationes* (MR), maio de 1978 [↑](#footnote-ref-3)
4. MR, 13. [↑](#footnote-ref-4)
5. MR 13a. [↑](#footnote-ref-5)
6. MR 14c. [↑](#footnote-ref-6)
7. MB VIII, 828. [↑](#footnote-ref-7)
8. Pode-se resumir nas seguintes datas a crônica para ilustrar o que precedeu e preparou a criação dos ACS:

1867, 24 de maio: carta de Dom Bosco, considerada como o início das circulares formativas dos Irmãos;

*1867-1888:* circulares de Dom Bosco e de outros Superiores, sem data fixa (cópia datilografada nos arquivos);

1888-1905: o P. Rua continua a enviar cartas Circulares sem periodicidade fixa (recolhidas todas elas num volume);

1905-1920: o P. Rua inaugura a “Carta Mensal”, datada regular­mente no dia 24 de cada mês, com breves intervenções do Reitor-Mor e dos outros Superiores (todas conservadas no arquivo). Continua além disso a enviar cartas edificantes conforme as exigências e as circunstâncias;

1920, 24 de junho: o P. Albera inaugura o “número um” dos Atos do “Conselho” Superior. (Cf. ANS, novembro de 1974, p. 20). [↑](#footnote-ref-8)
9. ACS 1 (1920), p. 1-2. [↑](#footnote-ref-9)
10. Convém observar que um bom uso comunitário dos ACS implica, por parte do Diretor, ou de quem por ele, um critério de escolha para a leitura em comum. Nem tudo o que se inclui nas páginas dos Atos é, de per si, matéria apropriada para uma leitura espiritual comunitária [↑](#footnote-ref-10)
11. Cf. CG21 46, 584-586. [↑](#footnote-ref-11)
12. Cf. L’Osservatore Romano (edição portuguesa) de 3 de dezem­bro de 1978. [↑](#footnote-ref-12)